



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 013

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 001/2003**

Data: 01 de abril de 2003.

Súmula:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de janeiro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de janeiro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE ABRIL DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre

Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 517**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 106/2003, de sua autoria, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação da Proposição nº 031/2002, item 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fundamento no artigo 62 da Constituição Estadual, e no artigo 34, III e 40 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar Externa, constituída por 03 (três) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, ou enquanto durarem os trabalhos de elaboração do anteprojeto de Emenda Constitucional que tratará da Reforma Tributária Constitucional, sua tramitação no Congresso e posterior implantação nacional pela União, através do Ministério da Fazenda, haja vista a premente necessidade de preservação e defesa dos interesses econômicos de nosso Estado em face da cogitada unificação dos impostos de competência dos entes federados, mormente quando refletirá também e diretamente sobre o Poder Legislativo Estadual que perderá substancial parcela de sua competência legislativa tributária.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(aa) RENI PEREIRA

DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do senhor Rogério de Almeida César, pai do diretor-presidente da Ambiental Paraná Florestas S.A., senhor Djalma de Almeida César, ocorrido no dia 29 de março passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, através da Ambiental Paraná Florestas, Rua Máximo João Kopp, nº 274, bloco 5, CEP 82630-900.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Rui Costa, ocorrido dia 15 de fevereiro/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 74 anos de idade faleceu o senhor Rui Costa, que deixou viúva dona Maria Mracz Ansky. Deixou ainda 04 filhos e 06 netos.

Rui Costa era pecuarista e agricultor, pessoa bastante relacionada na região de União da Vitória, onde residia.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como em seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo e a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, amigo Rui, nossas despedidas como-vidas e a prece que dirigimos ao Todo Poderoso para que lhe dê o merecido descanso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Antonio Mário Guirro, prefeito municipal de Centenário do Sul, ocorrido no dia 31/03/2003.

Solicito comunicar à família, no endereço sito à Rua Pref. A. Belenda, 511 - Centenário do Sul - CEP 86630-000.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Antonio Mário Guirro, tinha 64 anos, natural de São José dos Rio Pardo (SP), era médico e cumpria seu terceiro mandato à frente da Prefeitura do município, onde foi sempre muito respeitado e admirado por seus munícipes, pelo excelente trabalho executado em prol da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Márcia Reda, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, que comemora a passagem de 10 (dez) anos do início do processo que conduziu o município à Gestão Plena do Sistema Único de Saúde na Capital do Paraná, reconhecido, e por isso muitas vezes premiado, como uma das mais bem sucedidas experiências de construção do Sistema de Saúde no Brasil.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

As referências de excelência nacional recebidas por Curitiba na área da saúde recentemente, como o prêmio “Saúde Brasil - o retrato da saúde na família”, referendam um processo de construção e gerenciamento de um sistema complexo reconhecidamente competente, que se reflete nos indicadores de vida e saúde para a população de Curitiba.

A história dessa construção dura já, mais de vinte anos. Mas, nessa oportunidade, queremos lembrar três momentos específicos dessa trajetória. O primeiro, refere-se ao início dos trabalhos de auditoria, há 10 (dez) anos, quando o município deu seus primeiros passos para além de uma simples rede de serviços básicos, iniciando-se na gestão hospitalar e na regulação do Sistema de Saúde como um todo. Depois, a adesão à modalidade de Gestão Semi-Plena, em 1996 e, por fim, a adesão à Gestão Plena em 1998.

Nessa fase, a administração municipal, alinhada entre as primeiras cidades que abraçaram a responsabilidade de gerirem o sistema de saúde em sua totalidade, promoveu uma verdadeira revolução como gestora. Procedeu-se a expansão e diversificação da rede própria, que chegou a 105 (cento e cinco) unidades de saúde, entre elas 42 do Programa de Saúde da Família (com 129 equipes) e cinco 24horas, um hospital geral e maternidade, centros de especialidades e laboratório de análises clínicas. Foram instaladas as Centrais de Consultas Especializadas, de Ambulâncias e Metropolitana de Leitos, oferecendo suporte seguro para o encaminhamento aos serviços complexos, sempre que necessário.

Hoje, Curitiba detém, no âmbito da gestão municipal, a plenitude do controle dos recursos do Sistema Único de Saúde. Mantém o Fundo Municipal de Saúde, para o qual convergem a totalidade de recursos do sistema. As Conferências Municipais, Regionais e Locais, são realizadas periodicamente e dezenas de Conselhos de Saúde funcionam com regularidade. A gestão, a partir dos Planos Municipais de Saúde, abrange a assistência básica, com suporte de apoio diagnóstico e farmacêutico, a gestão das especialidades, da referência hospitalar e do alto custo, desde o mais simples atendimento até os transplantes de quaisquer espécies. As atividades programadas alcançam a totalidade das ações de vigilância epidemiológica e sanitária e estão organizadas para atender ao controle eficaz das endemias e epidemias, à qualidade dos serviços de consumo humano em todas as áreas, às ações voltadas para a saúde da mulher e da criança, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais e de sofrimento mental. Na base de todo esse trabalho, agentes comunitários de saúde, aproximadamente 5000 trabalhadores de todas as especialidades e centenas de prestadores de serviços privados, partícipes da construção do SUS: a experiência de política pública de maior êxito em toda a história deste imenso país.

Parabéns e congratulações a todos!

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações ao senhor Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, pela sua posse como juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado no seguinte endereço: Tribunal de Alçada, Rua Mauá, 920 - Curitiba / Paraná - CEP 80030-200.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribuiu para a prestação jurisdicional de qualidade, visando a aplicação de preceitos humanitários, distribuindo justiça, tornando o convívio social um valor assumido por toda a comunidade onde o magistrado está inserido.

Sua passagem por Foz do Iguaçu como magistrado de 1º grau ficará para sempre marcada, não só pela excelência da sua judicatura, bem como pelo magistério exercido com competência e maestria, ajudando a formar jovens advogados.

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente:

Considerando que depois de 60 anos de regulamentação profissional e 80 de lutas pela formação superior em Jornalismo, há agora a clara ameaça do fim de

quaisquer exigências para o exercício da profissão de jornalista;

considerando que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e a Federação Nacional dos Jornalistas têm se posicionado contrários à decisão judicial, em primeira instância proferida pela Justiça Federal, que suspende qualquer exigência para o exercício da profissão de jornalista;

considerando que o ataque à profissão jornalística é mais um ataque às liberdades sociais e às profissões em particular. Com isso, amplia-se o campo das desregulamentações em geral e aumentam as barreiras à construção qualificada e lúcida de um mundo mais democrático, visível e justo;

considerando que a decisão judicial acarreta claros prejuízos à ética profissional e amplia o controle sobre quem entra nas redações - do interesse particularizado expresso na contratação de apadrinhados políticos e ideológicos ao aviltamento profissional e salarial, por meio da contratação de pessoas que nada têm a ver com a formação específica na área;

considerando que a existência de uma imprensa livre, comprometida com os valores éticos, com os princípios fundamentais da cidadania e com a informação imparcial exige qualificação e preparo dos profissionais envolvidos e que o fim da exigência da formação universitária para o exercício profissional em nada colabora para o aperfeiçoamento da democracia; considerando que hoje já existe liberdade garantida para quem quiser expor sua opinião, como entrevistado ou articulista de uma determinada área. Com a desregulamentação, contudo, perde-se as raízes da vinculação do jornalismo ao interesse público, razão de sua consolidação como profissão nos últimos 60 anos. Com isso, além da própria categoria profissional ter redução de empregos, desprestígio em seu reconhecimento público, a própria sociedade, no conjunto, perde a referência qualitativa dos acontecimentos do dia-a-dia, essenciais para a liberdade de escolha do dia seguinte;

considerando finalmente, que se a decisão for consolidada, ataca a regulamentação em jornalismo atingindo profissionais e estudantes, desrespeita as identidades de cada área - e nisso desrespeita também as demais -, e fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. Ataca, portanto, ao próprio futuro do país e da sociedade brasileira.

Considerando finalmente, que tanto o Sindicato como a Federação têm lutado contra esta decisão judicial, submetemos à apreciação do Plenário, nos termos regimentais, a presente Moção de Solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas e à Federação e de Apelo ao Supremo Tribunal Federal para que a decisão judicial de primeira instância seja revista o mais breve possível.

Submetemos à apreciação do Plenário, na forma regimental, a presente Moção de Solidariedade ao Sindi-

cato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e à Federação Nacional dos Jornalistas pela luta em defesa da exigência de formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista e, de apelo ao Superior Tribunal Federal para que decisão judicial de primeira instância seja revista o mais breve possível.

Requeremos, outrossim, que do deliberado sejam enviadas cópias para o Sr. Mário Messagi Júnior, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais; Sra. Elisabeth Villela da Costa, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e ao Exmo. Sr. presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(aa) TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, MARCOS ISFER, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, ARTAGÃO JÚNIOR, AUGUSTINHO ZUCCHI, BARBOSA NETO, NATÁLIO STICA, HERMES FONSECA, CARLOS SIMÕES, CHICO NOROESTE, ÂNGELO VANHONI, DOUTOR LUCIANO, DOBRANDINO DA SILVA, ELZA CORREIA, FRANCISCO BÜHRER, LUIZ ACCORSI, ARLETE CARAMÊS, RATINHO JÚNIOR, ELTON CARLOS WELTER e DELEGADO BRADOCK.

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e ao presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Sr. Paulo Pimentel, solicitando informações sobre a atual situação dos reassentamentos resultantes da desapropriação de terras para a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, conforme se segue:

a) o número de famílias que tiveram suas terras desapropriadas, o gasto para as desapropriações e em que fase encontram-se as respectivas indenizações;

b) o número de famílias já reassentadas;

c) qual a atual situação do "Projeto Sabor de Segredo", bem como quais os investimentos aplicados pelo Estado, pela Copel e por outros investidores (se houverem), o atual andamento das obras e fase de execução deste projeto;

d) se já existe um plano político estadual e da Copel para as Associações dos Reassentamentos de Segredo I e III, bem como para o projeto "Sabor de Segredo".

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O deputado estadual que a este subscreve com base nos dispositivos constitucionais, os princípios regentes da administração pública, bem como as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, e ainda no intuito de descobrir a real situação das famílias que tiveram suas terras

inundadas pela construção da barragem da hidrelétrica de Segredo.

Pretende, também, que sejam esclarecidos os pontos pertinentes ao estágio em que se encontram as obras de estruturação do reassentamento e como os recursos destinados a esses projetos vêm sendo empregados.

Além de tentar desvendar o que aconteceu com as cooperativas e associações dos reassentamentos, e qual o destino que será dado aos barracões e ao maquinário destas.

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, que compõem a bancada do Partido Progressista Brasileiro - PPB, nesta Casa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo a implantação de portas eletrônicas giratórias nos Fóruns e recintos do Ministério Público Estadual das Comarcas do Estado, como garantia de segurança aos senhores magistrados, promotores de justiça, serventuários, advogados e todas as pessoas que necessitam dos préstimos dos juízes e promotores de justiça.

Em decorrência dos assassinatos de juízes ocorridos recentemente no vizinho Estado de São Paulo, principalmente entre os juízes corregedores de presídios de segurança máxima, magistrados, promotores, advogados e servidores estão trabalhando sob pressão, por isso, acreditamos que é dever de todos auxiliar com sugestões que possam oferecer segurança aos nossos magistrados e representantes do Ministério Público.

Acompanhando exemplo que já está acontecendo na cidade de Maringá, onde porta eletrônica giratória foi instalada no Fórum daquela comarca, aguardando apenas o seu funcionamento, acreditamos ser possível estender tal benfeitoria a todas as comarcas do nosso Paraná.

Dito e justificado, esperamos pela aprovação da presente sugestão.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUILIO GENARI
e FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luís Carlos Vieira, diretor de Coordenação da Receita do Estado, solicitando a revisão do item 6.6 da Norma de Procedimento Fiscal nº 036/98, que dispõe sobre o encaminhamento e destruição das notas fiscais pelo Provopar,

sugerindo que as mesmas sejam encaminhadas à Pastoral da Criança.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O item 6.6. da Norma de Procedimento Fiscal nº 036/98, estabelece que as notas fiscais não processadas serão encaminhadas pelo Setor de Documentação Fiscal da Inspeção Geral de Fiscalização ao Provopar, para destruição.

Com a venda do material destruído, a entidade arrecadaria um valor de aproximadamente 400 reais, os quais poderão ser convertidos em benefício da mesma.

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Reinhold Stephanes, secretário de Estado da Administração e Previdência, solicitando agilidade no andamento do processo nº 5.347.699-6, que trata de cessão de imóvel localizado na planta São Cristóvão, município de Piraquara, para a Congregação Mariana Imaculada Conceição.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista a solicitação de uma área de terra localizada na planta São Cristóvão, no município de Piraquara, feito junto à Secretaria de Estado da Administração pela Congregação Mariana Imaculada Conceição.

A cessão da referida área se faz necessária, para a construção de uma casa-lar para atender idosos abandonados e uma casa de recuperação de jovens e adolescentes vítimas de consumo de drogas.

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao secretário de Estado da Educação, pedido de esclarecimentos acerca da edição do Decreto nº 450 do dia 03 de fevereiro de 2003, que revogou os Decretos nº 4314/2001 e 4569/2001, visto que na forma anterior tínhamos eleições diretas para escolha dos diretores das escolas estaduais e, com os decretos citados, os eleitos democraticamente estão sujeitos à substituição.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Boas ou más, as regras previam eleições diretas e foram cumpridas. Pessoas assumiram os compromissos decorrentes da nomeação, estruturas foram montadas para atender as responsabilidades. Projetos administrativos foram iniciados. As expectativas foram geradas pela

vontade dos eleitores. Agora, em pleno andamento do mandato conferido, mudam-se as regras, sem qualquer discussão pública e sem qualquer comunicação dos maiores interessados que são os eleitores.

Por isso, resta-nos tão somente solicitar os devidos esclarecimentos.

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, vem REQUERER envio de expediente ao presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Sr. Paulo Pimentel, solicitando as seguintes informações:

- cópia do convênio firmado entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Associação Mantenedora de Projetos de Desenvolvimento em Comunidades Isoladas e/ou Carentes - Amprodec;

- a atual situação dos convênios, e valores desembolsados pela Copel.

Sala das Sessões, em 01.04.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O deputado estadual que a este subscreve com base nos dispositivos constitucionais, os princípios regentes da administração pública, bem como as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, e no intuito de saber, descobrir o montante financeiro destinado à empresa Amprodec, quais as atribuições destinadas à mesma, bem como fase e execução dessas tarefas, requer.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 164/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Salto do Itararé, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.04.2003

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Itararé, fundada em 15 de março de 2001, com sede e foro naquele município, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e sem remuneração de seus diretores.

A entidade tem por objetivo assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, coordenar e executar os projetos, programas e política nacional das APAE's.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 165/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate, associação civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 01.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul - Paraná, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas que necessitem de tratamento terapêutico, teológico e ocupacional em regime de internato, desenvolvendo atendimento de pacientes com histórico de dependência química.

Os recursos para a manutenção da casa de recuperação, são conseguidos através de doações, venda de artesanatos feitos pelos internos, campanhas e com a aprovação desta lei, auxílio do poder público, cabe ressaltar que desenvolve trabalhos relevantes na área de saúde, educação, destacando-se a preocupação com o usuário de drogas, dependentes químicos, sendo para tanto, realizado tratamento que consiste em afastar o dependente das substâncias as quais faz uso, e uma vez afastado, devidamente alimentado, realiza atividade física o que proporciona a desintoxicação satisfatória acoplada com o apoio e instruções morais e psicológicas, dando finalmente, condições reais de o interno levar vantagem contra seus vícios na luta pela reintegração.

Sem dúvida essa Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate merece a aprovação da lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses da comunidade do Estado como um todo e especificamente da região de Laranjeiras do Sul, no combate ao uso de drogas e reabilitação de usuários.

PROJETO DE LEI Nº 166/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2003, que autorizou o Poder Executivo a

doador imóvel ao município de Ibiporã, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para a instalação de atividade econômica, tanto de transformação, quanto comercial, sendo vedada destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 01.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar o artigo 2º, da Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã, procurando trazer maior poder operacional ao imóvel doado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 167/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os serviços de lanche e bebidas nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam à educação básica, localizada no Estado do Paraná, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos.

Art. 2º - Atendendo ao preceito nutricional e de acordo com o artigo anterior, fica expressamente proibida, nos serviços de lanches e bebidas ou similares, a comercialização do seguinte:

- a) bebidas com quaisquer teores alcoólicos;
- b) balas, pirulitos e gomas de mascar;
- c) refrigerantes e sucos artificiais;
- d) salgadinhos industrializados;
- e) salgadinhos fritos; e
- f) pipocas industrializadas.

§ 1º - O estabelecimento alimentício deverá colocar à disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais, objetivando a escolha e o enriquecimento nutritivo dos mesmos.

§ 2º - É vedada a comercialização de alimentos e refrigerantes que contenham em suas composições químicas, nutrientes que sejam comprovadamente prejudiciais à saúde.

Art. 3º - Os proprietários desses estabelecimentos deverão garantir a qualidade higiênico-sanitário e nutricional dos produtos comercializados.

Art. 4º - Um mural de um metro de altura por um metro de comprimento deverá ser fixado em local próprio e visível, rente ao estabelecimento, para divulgação e informações pertinentes a assuntos relacionados com a área alimentícia.

Art. 5º - Os estabelecimentos só poderão funcionar mediante alvará sanitário, expedido pelo Órgão estadual responsável pela Vigilância Sanitária ou a quem esta designar.

Art. 6º - Os estabelecimentos já existentes terão um prazo de cento e oitenta dias para regularem e adequarem suas situações, dentro dos critérios estabelecidos.

Art. 7º - A abertura de novos estabelecimentos só poderá ocorrer mediante a emissão do alvará sanitário expedido pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária ou por quem esta designar.

Art. 8º - O não cumprimento dos critérios estabelecidos por esta lei acarretará a aplicação de sanções previstas pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 01.04.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresento visa prevenir a obesidade infantil motivada, em parte, pela ingestão e oferecimento de guloseimas, alimentação inadequada e desnecessária nas cantinas das escolas de ensino básico. A alimentação correta é fruto muitas vezes da educação alimentar que reduz aquilo que é desnecessário à nutrição em sua substituição por frutas e outros alimentos saudáveis que não causem o sobrepeso de crianças.

Esta iniciativa já foi tomada nos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na Assembléia de São Paulo já está tramitando proposição semelhante. Portanto, não se trata de uma iniciativa inédita deste legislador e sim de uma proposta de caráter nacional para a erradicação da obesidade infantil.

Pelos motivos expostos, peço a aprovação da presente proposta.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de apenas anunciar nesta tribuna, que teremos início no próximo dia 3 de abril, na cidade de Londrina, a uma das maiores feiras agropecuárias deste país. É a 43ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial da cidade de Londrina, onde vai movimentar em

vários setores da indústria, da agropecuária, cerca de cento e vinte milhões de reais, uma expectativa de público de cerca de novecentos mil visitantes.

Londrina já começa a aquecer o seu comércio, na expectativa de abrigar visitantes de dezenas de países, e principalmente, de várias partes do Brasil e do Estado. São duzentos e quarenta e quatro expositores; quarenta leilões que serão transmitidos por dois canais de TV, com resultados inclusive na Internet; exposição de quatro mil bovinos de elite, sete mil cruzados, além de seiscentos tipos de eqüinos, cento e vinte ovinos e sessenta suínos. A novidade para este ano de 2003 é o intercâmbio de tecnologia, com agroempresários, visitantes de Cuba, Canadá, Estados Unidos, Índia, Austrália, Chile, Argentina e do Paraguai. Haverá palestra, seminários e conferências, possibilitando uma grande troca de conhecimento e novas tecnologias, muito importante na área da agropecuária, na área leiteira e também na área industrial, sem contar shows de artistas de renome nacional, que estarão se apresentando e movimentando quase um milhão de pessoas.

Quero também registrar e fazer aqui a homenagem ao prefeito de Londrina, Nedson Miqueletti; ao deputado estadual André Vargas, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, deputado federal Paulo Bernardo, que estiveram juntamente com o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Edson Luiz, convidando o presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, deputado Reni Pereira, que aceitou o convite e marcou a data para visitar a cidade de Londrina, no próximo dia 7 de abril, durante os festejos da Exposição.

Por isso, está de parabéns o prefeito de Londrina. Parabéns ao deputado André Vargas, parabéns à Sociedade Rural do Paraná, com a visita pela primeira vez do presidente da República a uma exposição tão importante, uma das mais festejadas do Brasil e a gente espera também a presença do governador Roberto Requião, já que o ex-governador Jaime Lerner quebrou um protocolo de muitos anos, quando que não compareceu na abertura da Exposição.

Então, para nós londrinenses, para os norte paranaenses, para os que são do interior, isso representa uma conquista muito grande. Gostaria, inclusive de aproveitar para convidar todos os parlamentares, os assessores, os funcionários desta Casa, aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, para se fazerem presentes, porque isso representa muito, e aqui existe o Bloco Agropecuário. O deputado Elton Carlos Welter, sem dúvida nenhuma, sabe da importância do setor agrícola, do setor agropecuário para o nosso Estado, representou no PIB do ano passado, um incremento muito grande, mostrando que a indústria é muito importante para o nosso Estado, mas a agricultura, a agropecuária ainda continuam respondendo pela maioria da riqueza do nosso Estado e, isso engrandece todos nós que somos de uma região eminentemente agrícola.

Aproveito aqui para fazer um apelo, principalmente a vice-governador Orlando Pessuti, que é uma pessoa ligada ao agricultura que é o nosso secretário dessa área, que continue dando o incentivo necessário para que o homem do campo, o agricultor, o agropecuarista tenha mais condições de se fixar nesse setor e acima de tudo, incrementar, para que ele tenha condições de contribuir ainda mais com a economia do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Recebi uma ligação de amigos da cidade de Ponta Grossa, cidade bem defendida também pelos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró e tantos outros deputados que fazem a defesa da “princesa dos Campos Gerais”.

Qual a minha surpresa, quando da ligação de amigos me dando conta que a cidade de Ponta Grossa está esta semana, infestada, é o termo correto, de outdoor, por parte do deputado federal Afonso Camargo, dizendo nos outdoor o seguinte: “Lula, devolva a Ponta Grossa o dinheiro que eu dei”.

Ora, primeiro, deputado nenhum dá dinheiro para cidade nenhuma. Nós deputados somos, sim, os porta-vozes dos prefeitos dos pedidos das reivindicações e, portanto, apresentando emendas. Essas emendas passam por todo o colegiado de deputados, e depois têm a sanção do governador e no caso a que me refiro, lá, do presidente da República.

Ponta Grossa, em uma das emendas, tinha cerca 2 milhões de reais, destinado ao Contorno Leste, daquela cidade. Esse dinheiro já estava autorizado; por falta de licitação pública não foi usado no tempo adequado.

Portanto, como não houve interesse ou perderam-se nos prazos e não fizeram a licitação pública, deputada Elza Correia, o dinheiro foi pedido de volta, porque o governo Lula acabou o tempo das maracutaias.

Se esse deputado a que me refiro estava acostumado a entrar para trazer verbas, e talvez não exigir licitação pública, os tempos são outros.

O dinheiro, portanto voltou a Brasília por incompetência não sei de quem, mas porque não realizaram a licitação pública. É uma cara-de-pau do deputado Afonso Camargo, um oportunismo barato, querer imputar a responsabilidade ao governo Lula, mas pedindo para que Lula devolva a Ponta Grossa o dinheiro que ele doou, como se fosse o dinheiro que saísse das suas empresas...

Esse deputado, que nos outdoors diz que ama Ponta Grossa, eu tenho certeza que o faz apenas tentando enganar e ludibriar a população pontagrossense; talvez ele ama uma outra Ponta Grossa, não a Princesa dos Campos Gerais, pois tenho certeza que tem bons representantes.

Deputado Afonso Camargo que há anos está na política, não precisava agir desta maneira. Tem, por parte

deste deputado e, tenho certeza dos meus companheiros do PT, um repúdio, oportunidade que aproveita para tentar jogar o seu nome à população daquela cidade, daquela região, com mentiras, com calúnias e com provocações ao presidente Lula, que é cidadão honorário, com muito orgulho da cidade de Ponta Grossa.

Também recebi a comunicação que a Câmara Municipal, por unanimidade dos vereadores fez um ato onde pedem o desagravo ao presidente da República desta maneira irresponsável com que o deputado Afonso Camargo inunda aquela cidade com outdoors mentirosos, caluniosos e que procura enganar a população.

Deixo nesta tribuna o meu repúdio.

Tenho certeza que terei o apoio dos demais deputados nesta revolta que trago, porque nenhum parlamentar tem o direito de dizer uma mentira a respeito de um presidente que começa mostrando que está preocupado, sim! Tivemos a prova ontem do ministro das Cidades que esteve aqui e está preocupado com os municípios. O dinheiro voltará a Ponta Grossa, mas de maneira correta, lícita e ética, sem esta verdadeira arapuca armada pelo deputado Afonso Camargo um verdadeiro falsário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estivemos em Brasília para convidar o presidente da República e faço uso da palavra para convidar todos os deputados, para no dia 12 estarem na 43ª Exposição Agropecuária do Paraná que ocorre em Londrina.

Esperamos a presença de todos e levando também ao presidente da República o apoio necessário e a voz do Paraná em relação à atenção que este estado merece e terá.

Gostaria de relatar o encontro que ocorreu no Canal da Música, com 361 prefeitos, onde o governador do Estado Roberto Requião, secretário Renato Adur, Olívio Dutra e também a secretária do Planejamento expuseram aquilo que nós, deputados da base governista, tivemos oportunidade de ouvir, ver e refletir.

O ex-deputado Renato Adur que passou por uma dificuldade muito grande, lá esteve de forma muito firme, dizendo aos prefeitos da necessidade de estarem adaptados às novas políticas do Estado, e lá o deputado Heron Arzua falou dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e as circunstâncias financeiras em que se encontra o Estado do Paraná.

Foi a primeira vez, deputado Dobrandino, e eu lhe falei isso, que ouvi e acho importante refletirmos sobre isso, porque, certamente haverá conseqüências do debate no Parlamento em relação aos limites impostos pelo endividamento assumido no passado pelo governo Lerner, na renegociação de suas dívidas e também o comprometimento

com as despesas de pessoal. Portanto, qualquer debate, qualquer implementação de políticas que demandem a contratação de pessoal e isso, sem dúvida nenhuma, há necessidade, estará submetida aos limites impostos pela lei. Disse o senhor Heron Arzua: foi a primeira vez que ouvi um membro do primeiro escalão falar da difícil situação financeira que se encontra o governo do Estado.

Temos problemas inúmeros herdados, temos dificuldades tantas em função do empobrecimento do país, do desmantelamento do Estado promovido no passado e enfrentaremos dificuldades enormes. Portanto, a reflexão que fica desse encontro de prefeitos é que, apesar da vontade política que tem o presidente da República, que tem demonstrado o atual governador com austeridade, com moralidade e com a transparência necessária ao bom andamento da coisa pública, a transição de um modelo de desmantelamento do Estado; de entrega de atividades básicas para iniciativa privada; a transição para um modelo de Estado presente, atuante e realizador de justiça. Não será fácil.

Trago aqui a reflexão desses deputados, de um tema que não é um tema de apresentação de demanda, mas de reflexão do que é ser governo. Ser governo é muito mais do que demonstrar intenções, mas sim realizar, dentro dos limites impostos por uma difícil situação orçamentária, seja da União, seja do Estado. Portanto, o que se implementa no país e, certamente no Estado, é um momento de transição, e haverá de ter a sociedade brasileira a paciência necessária para entender que o Brasil não é um “fusquinha” para “dar cavalinho de pau”, para mudar de uma hora para outra...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento ou o Horário do seu Partido.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Mais um minuto, senhor presidente.

... o Paraná também não é! Por quantas medidas implementadas no passado, aqui foram exageradamente neoliberais ou mesmo liberais. Mudar a rota da economia do Estado é compromisso do governador, é compromisso de cada um dos deputados, e certamente haverá de ter medidas amargas, e essa será a hora de saber quem está comprometido com a mudança, mudança dura, que é de restabelecer o Estado como espaço público para a realização da Justiça, a realização do desenvolvimento econômico-social, do pleno emprego, caminho duro que nós haveremos de percorrer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, meu caro líder do Governo, Ângelo Vanhoni.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para manifestar aqui o nosso agradecimento ao deputado Ângelo Vanhoni, que no dia de hoje se portou um verdadeiro líder desta Casa na audiência que tivemos com o secretário da Justiça do Paraná, onde tratamos do assunto da Penitenciária de Ponta Grossa.

E, sem dúvida nenhuma, deputado Bradock, senhores deputados, conseguimos dar um salto importantíssimo no que se refere a viabilizar o funcionamento daquela penitenciária.

Subo nesta tribuna hoje somente para agradecer ao deputado Vanhoni, que se colocou de forma brilhante como nosso líder, apoiando e ao mesmo tempo colaborando, no pleito que é de todos os Campos Gerais e que é do Paraná.

Então, fica aqui o registro deste agradecimento ao deputado Vanhoni que conosco esteve hoje na Secretaria da Justiça para tratar exatamente deste caso.

Quanto ao pronunciamento do deputado Stica, feito há poucos instantes, quando ele diz que Ponta Grossa está infestado de outdoor colocados pelo deputado Afonso Camargo, tenho para esclarecer ao nobre deputado Stica que os outdoors foram colocados há mais de 60 dias e não foram 10. Foram pelo menos uns 20. E neles, o atual deputado federal, Afonso Camargo, cobra do governo federal, na figura do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que libere os dois milhões que foram destinados para a construção do contorno de Ponta Grossa. Contorno leste de Ponta Grossa, mas, que infelizmente, acabamos perdendo essa verba porque o Partido do prefeito, o prefeito de Ponta Grossa perdeu a verba porque não fez a licitação.

Então, quando o deputado Stica cita aqui quem é o incompetente, ele está chamando a atenção do seu próprio Partido, porque quem não fez a licitação, quem perdeu o prazo, foi o prefeito de Ponta Grossa, e é por isso que a verba foi embora e agora dificilmente voltará!

Não tenho procuração do deputado Afonso Camargo, nenhum tipo de procuração, pelo contrário, sou seu adversário político, mas acho que ele está correto, que ele tem que cobrar mesmo. Se o dinheiro estava no orçamento através de uma emenda, que é algo legal, que qualquer deputado pode fazer e que se ele cumpriu a sua meta e levou o dinheiro, colocou o dinheiro na Caixa Econômica de Ponta Grossa e quem não fez a licitação não foi ele, foi o governo municipal que deixou de fazê-la e com isso automaticamente se perdeu a verba.

O deputado apenas está cobrando o que ele conseguiu liberar numa emenda parlamentar e que deve ser respeitada.

Eu, sinceramente, acredito que o presidente Lula vai liberar esse dinheiro na sequência. Se não for através dessa emenda, virá de uma outra forma, porque a cidade não pode perder esse dinheiro que é muito importante para o melhoramento da nossa cidade.

Aqui, mais uma vez eu repito que o deputado Afonso Camargo é adversário nosso mais acho que

merece, acima de tudo. O que ele fez eu faria também. Aliás, eu quando prefeito, coloquei alguns outdoors aqui em Curitiba cobrando do então governador Jaime Lerner que fizesse as reformas em Vila Velha e que liberasse o Paraná Urbano que ele prendeu aqui e acabou não dando para Ponta Grossa.

Se eu já tomei atitude, acho que o deputado Afonso Camargo aprendeu conosco lá atrás e fez o mesmo agora com o presidente Lula. Acredito que ele está certo, está cobrando algo que é de direito da cidade e certamente vamos torcer que essa emenda volte para Ponta Grossa.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez agradecemos ao nosso líder Ângelo Vanhoni, pela sua forma decente, pela sua forma elegante.

Deputado Vanhoni, se todos os petistas fossem como V. Exa. acho que até eu gostaria de me filiar ao PT. Muito obrigado, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, de acordo com o requerimento ontem aprovado do ilustre líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, o Grande Expediente será destinado ao representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, Sr. Mário M. Júnior, por trinta minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Peço a palavra apenas para brevemente fazer uma saudação ao Sindicato dos Jornalistas, que hoje usará a tribuna da nossa Assembléia. Na realidade, é uma luta já de muito tempo que os jornalistas de todo o Brasil vêm fazendo, e acho que neste momento ela se torna também o motivo que traz o Sindicato a esta Casa, que é a luta pela exigência do diploma. E tem uma decisão de uma juíza do Estado de São Paulo que permite a contratação de profissionais sem a devida exigência do diploma universitário.

Essa é uma luta antiga de todos os órgãos de imprensa no nosso país. Então, nesse sentido, na data de hoje, o Sindicato dos Jornalistas vai fazer uso da palavra, através do seu presidente, e esperamos que a Assembléia Legislativa possa estar junto com os homens de imprensa, com a imprensa do nosso país para que cada vez mais essa prestação de serviço à democracia esteja cada vez mais qualificado, cada vez mais transparente na nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, Sr. Mário M. Júnior.

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

Muito obrigado!

Obrigado Ângelo, o sindicato agradece o espaço e agradece poder usar esta tribuna para levar a sua causa adiante.

(Lê):

“Digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Hermas Brandão, demais membros da Mesa diretora, senhores deputados estaduais, colegas jornalistas, demais presentes.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento me dirigindo primeiro aos meus colegas de profissão. Sem vocês, caros jornalistas, esta Casa Legislativa estaria longe do povo, a quem deve representar. Sem jornalistas e sem jornalismo, a democracia ficaria míope, e o povo não teria como interferir e escolher seus legítimos representantes.

Senhor presidente, não se faz democracia sem a tripartição dos poderes, mas também não se faz democracia, em parte alguma do mundo, sem jornalismo e sem bons jornalistas. Onde começam os regimes de exceção, rapidamente se impõe o silêncio à imprensa e, logo na sequência, se diminui ou se cala o Legislativo. Por isso, de certa forma, somos, cada um com seu papel, fundamentais para a democracia” Legislativo e imprensa.

Senhores deputados, vossas senhorias, fontes constantes de nossa atividade, sabem melhor do que qualquer um a importância de bons jornalistas. Por isso, recorro a esta Casa, para pedir apoio a uma categoria, é verdade, mas sobretudo ao perfeito funcionamento da democracia.

Relato os fatos. No dia 18 de dezembro de 2002, a juíza federal Carla Rister acolheu os argumentos do procurador André Ramos e exarou uma sentença revogando o inciso V, do artigo 4º, do Decreto 972/69, que exigia formação superior em jornalismo para o exercício da profissão. A partir de então, qualquer pessoa pode se dirigir à Delegacia Regional do Trabalho e solicitar seu registro profissional de jornalista, bastando para tanto não ser julgado e condenado na justiça, ser brasileiro e ter carteira de trabalho.

A juíza proferiu sua sentença com base nos seguintes argumentos:

1) a exigência de diploma configura elitismo indesejável, pois cerceia o ingresso na profissão de qualquer pessoa “talentosa” que não tenha a possibilidade de fazer um curso superior. Parte da duvidosa premissa de que talento é algo inato e não formado ao longo de toda uma vida e aplica um princípio geral a um único caso específico. O elitismo está em toda a sociedade, desde a exigência de primeiro grau para ser gari, o de segundo para ser bancário até a necessidade de mestrado para ser professor universitário. Coerente seria, com base neste argumento, não restringir o acesso de ninguém a qualquer que seja a profissão;

2) a lei teria sido promulgada em época adversa, num regime de exceção, por uma junta militar. A juíza desconsidera, olímpicamente, a existência do Decreto-Lei nº 83.284/79, que dez anos depois confirmou a regulamentação da profissão de jornalista e foi promulgado

por um presidente da República. Podem, ainda, argumentar que estávamos em uma ditadura. No entanto, num país como o nosso, que viveu mais períodos de exceção que de democracia plena, argumentar que isto invalida uma lei é desmontar boa parte de nosso arcabouço jurídico, incluindo o sistema de representação das unidades federativas no Senado e a CLT;

3) a juíza considera que não há nada de específico na formação de um jornalista, nem uma ética, nem uma técnica, nem princípios jornalísticos. Por isso, qualquer um, com boa formação geral e com capacidade de redigir textos, poderia exercer a profissão.

No entanto, caros parlamentares, a decisão de publicar ou não uma declaração ou outra dos senhores envolve uma escolha que se rege por princípios jornalísticos. O jornalismo é o principal agente da agenda pública de discussão, é a atividade que define o que em política é importante para a sociedade discutir. Isso caracteriza a especificidade da atividade, entre tantas outras coisas. Mas não vou me alongar neste ponto; explicarei as razões um pouco mais à frente;

4) segundo a sentença, apenas profissões que colocam a vida em perigo, diretamente, deveriam ser regulamentadas, como médicos, engenheiros... de resto, não competiria ao Estado regulamentar profissões por outros motivos. Esta concepção é simplória. Desconsidera um tempo em que as comunicações ganharam uma dimensão formidável e exercem um poder simbólico que, no limite, também mata. A guerra no Iraque se assenta sobre o apoio da opinião pública norte-americana, construída nos bastidores da notícia. A difamação e a calúnia acabam com vidas, sim, como induziram, no Paraná, um profissional honrado, a suicidar-se, num caso relativamente recente. Ademais, por este limite, todas as profissões da área de humanidade e de social aplicadas deveriam ser desregulamentadas: economistas, contadores, administradores, sociólogos, historiadores e, evidentemente, advogados. Para que exigir que nas salas de aula professores de literatura tenham que ter feito curso superior de Letras? Vossos filhos, se não gostarem de literatura, não morrerão. Além do que, tal formação prescinde de curso superior. Compete ao Estado proteger a sociedade e regulamentar áreas que considere relevantes, tanto exigindo formação adequada dos nossos professores quanto formação adequada dos nossos jornalistas;

5) por fim, o último argumento. A lei fere, na concepção da juíza, a Constituição, pois limita o acesso e a expressão da opinião. Por isso, ao colidir com o artigo 5º da Carta Magna, teria se tornado inconstitucional. Nada mais tolo. Exercer o jornalismo não é expressar a própria opinião diariamente nos jornais. Jornalistas reportam, mediam as vozes alheias. Os senhores sabem tanto disso que devem cobrar dos jornalistas que suas declarações sejam tratadas de maneira transparente. Além disso, a lei permite que qualquer pessoa escreva nos jornais, manifestando sua opinião. Se este espaço é restrito pelas empresas, este problema está muito longe da regulamen-

tação da profissão, por inércia ou má-fé, ou seja, extinta a exigência do diploma, o acesso ao espaço editorial dos jornais deveria ser franqueado a qualquer cidadão. É isto que aconteceria? A miopia da decisão não vê que direito de expressão é algo distinto de direito de informação. A lei nunca impediu que qualquer pessoa se manifeste, manifeste suas opiniões nos jornais; as empresas de comunicação, sim.

De qualquer forma o que deve estar garantido na democracia é mais do que isto: o acesso às informações com qualidade, transparência dos atos dos três Poderes para que a opinião pública possa se formar legitimamente e não manipulada.

Ademais num país onde uma emissora de TV pode comprar os direitos de transmissão de um evento esportivo e não transmitindo, ferindo o meu direito cidadão de ser informado, tratar a regulamentação dos jornalistas como uma restrição ao direito de informação, é risível.

Mas o mais grave, senhores, e o motivo maior que faz com que a minha presença nesta Casa seja pertinente neste dia, não é tudo isto que eu disse. Discutir se uma profissão exige ou não formação específica, formação superior, discutir a especificidade da formação em jornalismo, o elitismo da lei. A especificidade ética da profissão compete ao Legislativo, não ao Judiciário. O que a juíza está fazendo fere flagrantemente o estado democrático de direito - a tripartição de poderes na República. Toda esta discussão não lhe compete, mas sim, ao Legislativo.

Quando um poder se arvora ao direito de exercer atividades de outro, algo está errado na democracia. Como se a simples desregulamentação em si não colocasse em risco a democracia. A própria sentença, pelo seu teor, é uma agressão a esta Casa e a todas as Casas Legislativas que zelam pelo seu papel.

Por isso o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná está aqui hoje pedindo apoio da Assembléia Legislativa do Paraná numa luta que interessa muito à nossa categoria, mas a discussão não é só nossa, mas de qualquer cidadão que preza o estado democrático.

Muito obrigado, presidente.

Encerro aqui meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Pela ordem, deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Eu quero cumprimentar o Mário e todo o trabalho que o Sindicato dos Jornalistas vem fazendo, na luta não só por melhores salários e condições de trabalho, mas pela dignidade do profissional que é extremamente importante.

Eu gostaria, Mário, que você expusesse qual é a visão que tem não só o Sindicato, mas todos aqueles que estão na área, sobre a condição de trabalho do profissional que nem sempre está formado, formado no

sentido acadêmico. Eu sei que o ano passado nós tivemos já vários tipos de questionamentos com relação a isto e eu gostaria que você pudesse esclarecer como que está a situação hoje e qual a posição que tem o sindicato. Nós sabemos que várias pessoas trabalham na área e nem sempre essas pessoas têm formação acadêmica.

Como que vocês estão vendo isto?

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

Nós somos, os jornalistas, uma profissão que tem uma lei que a regulamenta, mas que tem pouquíssimos, tem que usar de um instrumento do Estado, da Delegacia Regional do Trabalho para fiscalizar o exercício da profissão.

Então, nós temos uma dificuldade bastante grande de fiscalizar o exercício profissional em um mercado com muitos profissionais que exercem irregularmente a profissão. Muitos deles até porque não têm uma relação com a carreira, como os profissionais que aqui estão, que fazem do jornalismo uma profissão no sentido de que é algo que se professa, é uma missão, mas muitos profissionais que vêm para a profissão tentando obter outras vantagens e não reconhecimento profissional. A gente tem um mercado muito contaminado pelo exercício irregular da profissão e muitas vezes com graves prejuízos para a sociedade.

O caso que eu mencionei aqui no nosso texto, é de um cidadão do Paraná que estava sendo, digamos, difamado, com interesses do jornalista de obter ganhos financeiros e que acabou se suicidando, deixando duas cartas na polícia explicando os motivos do porquê ele estava se suicidando.

Essa é uma realidade constante em se ter muitos profissionais, que não estão preparados e sequer têm a pretensão de exercer essa profissão de maneira ética e correta.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, na condição de jornalista formado pela Universidade Estadual de Londrina, eu gostaria de me solidarizar - já assinei também esse documento - e dizer que essa decisão da juíza, do interior de São Paulo, só vem prejudicar uma classe tão importante, quanto a de jornalistas.

A gente sabe quais são os interesses por de traz dessa decisão: nivelar por baixo a categoria, baixar os salários, proporcionar a entrada de profissionais que não tenham formação superior e, principalmente, fazer que haja uma desmobilização, já que através da informação é que a população busca a conscientização.

Aqui, fala uma pessoa que sofreu com isso, essa perseguição. Quando eu tinha um programa na televisão de Londrina, fazia críticas ao ex-governador Jaime Lerner e, em 1999, fui afastado da televisão e perseguido. Os meios de comunicação estavam fechados para o meu trabalho profissional.

Por isso, tenha a minha solidariedade, apoio, respeito e repúdio à decisão judicial de uma juíza insensível com uma classe tão importante. Tem aí faculdades e universidades de jornalismo espalhadas pelo País, colocando ótimos profissionais no mercado de trabalho.

Tenho orgulho em dizer que sou formado, em primeiro lugar, no curso de jornalismo, pela Universidade Estadual de Londrina, que é considerada uma das melhores do Brasil.

O nosso gabinete está à disposição da classe dos jornalistas do Estado do Paraná.

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

Deputado Barbosa Neto, permita-me chamá-lo de colega.

O sindicato agradece o apoio do colega de profissão. Fico muito feliz, em saber que o senhor entende qual é a nossa reivindicação. Eu não quis tocar nas questões corporativas, porque acho que essas são uma luta do sindicato, mas não são necessariamente da competência da Assembléia Legislativa. Estamos sofrendo muito. Há uma precarização do mercado no interior, com profissionais perdendo emprego. E profissionais irregulares, com registro precário, sendo contratados com salários bem inferiores.

O SR. BARBOSA NETO

A gente também lamenta, senhor presidente, o fato de que na cidade de Londrina, órgãos de comunicação, veículos impressos e da imprensa falada estão discriminando - é do seu conhecimento, alguns profissionais que foram afastados do seu trabalho justamente por buscar a verdade. A gente lamenta o fato de que algumas emissoras de televisão estão colocando a programação em rede nacional, desrespeitando a legislação que obriga os veículos regionais de terem a programação local e, principalmente, os 30% para o jornalismo.

Isso é profundamente lamentável e deveria ser objeto de análise, não por esta Casa, mas pela competência federal, pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela ordem, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Eu queria, como os demais companheiros, me solidarizar não só ao sindicato, porta-voz de todos os profissionais e de todas as profissões do jornalismo, mas dizer que, como você Mário, estranho profundamente essa decisão, porque ela vai à contramão do que entendemos em relação a essa extraordinária profissão.

A questão da imprensa é tão importante na construção da democracia, que sabemos que ela é sempre alvo do ataque dos processos ditatoriais, porque silencia, invi-

abiliza, totalmente, - ao poder de participação da opinião pública, o controle social. Os processos de ditadura, como sofremos no Brasil, o primeiro alvo é sempre a imprensa, principalmente a imprensa ética, a imprensa que tem como princípios trabalhar com a verdade, trabalhar com a garantia dos direitos humanos, da cidadania. Não falo, aqui, neste momento, desta fatia - infelizmente - da imprensa que desrespeita, cotidianamente, os direitos humanos, desrespeita os nossos direitos de cidadãos mas aqui não podemos generalizar, estamos falando da boa imprensa, da imprensa que nos representa, da imprensa saudável, da imprensa que contribui na construção do mundo novo, desta ordem social que eu quero, que você quer, que todas as pessoas de bem querem no nosso País.

Gostaria de dizer que concordo com você, acho que esta juíza está confundindo rigorosamente opinião com informação. É tentar desqualificar uma profissão extraordinariamente importante. É tentar jogar no lixo os vários anos, o esforço de vários anos de verificação, de conhecimento, de formação técnica, de aprendizado rigoroso que as universidades propõem. Nós temos ótimos cursos de jornalismo neste País, em Londrina inclusive, - meu filho também é jornalista e não é por isso que estou falando estas questões todas, porque exemplos caseiros não contam, mas ele também fez esta opção. Sou testemunha do esforço cotidiano dos estudantes do setor para serem bons profissionais.

Também gostaria de dizer que não pode haver nenhuma profissão se não levar estes princípios de ética, técnica, princípios como efetivamente você coloca. Acho que a juíza faz aí uma confusão, talvez de propósito, que não serve àqueles que têm respeito pelas questões nacionais, por este País. Eu acho que ela presta um desserviço, não só aos profissionais, mas um desserviço à população brasileira e à própria democracia. Essa é a opinião que tenho com relação à questão colocada.

Nem vou entrar no mérito do elitismo, porque aí seria simplista demais considerar questão elitista a participação de uma universidade para que o profissional tivesse condições adequadas e necessárias para exercer a profissão. Acho que ela penaliza com esta sentença, nivela por baixo, desqualifica a profissão, uma profissão das mais importantes!

Seria a mesma coisa que dizer que dispensaria, nas outras profissões, questões fundamentais com a ética. Nós, todo dia brigamos, insistimos para que ela exista em toda as áreas, fundamentalmente no jornalismo que é o porta-voz daquilo que pensamos, que realizamos, que sonhamos, que acreditamos, as nossas manifestações diárias, inclusive, que acontecem nesta Casa.

Então, me somo a você como representante da categoria, e com todos os profissionais do jornalismo. Já assinei o documento, e conte com esta Casa para defender, sempre que necessário, esta profissão, como tantas outras, mas fundamentalmente esta, eu diria, é a mola-mestra da construção da democracia brasileira.

Parabéns por sua coragem, determinação, e por sua proposta de vir aqui defender, brilhantemente, como fez a sua categoria, a sua profissão e a democracia.

Muito obrigada.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de contribuir com este debate. Estamos vendo aqui o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná falar sobre a lei que proíbe a prática do jornalismo e que facilita o acesso, através da lei trabalhista, para que profissionais que não têm o curso superior tenham acesso ao direito de ser jornalista profissional.

Eu gostaria, presidente Mário, o presidente sabe eu sou radialista, não sou formado, tenho até pouco estudo, nunca deixei de dizer isso. Trabalho há 21 anos como radialista e gostaria, e até já me propuseram fazer, através da Justiça, ser jornalista, este direito que a Justiça está dando aos radialistas, e eu, particularmente, fiz questão de não entrar com esse pedido, porque entendo que sou radialista profissional há 21 anos. E particularmente faço jornalismo todos os dias. Gostaria de perguntar ao presidente: no passado, há uns 20, 30 anos atrás, houve uma regulamentação oficial da classe dos jornalistas que exerciam a profissão e que não eram formados; foram oficializados e até hoje o são. Isso foi aceito por muito tempo, por muitas pessoas.

Passado um tempo, agora recentemente essa juíza que o presidente acaba de falar, deu essa liminar concedendo esse direito, de acordo com a lei trabalhista. Então, a partir de agora, também se mantém o mesmo direito.

A minha pergunta é a seguinte: o que mudou de lá para cá que há 25 anos atrás se regulamentou isso e poucas pessoas reclamaram, e agora neste presente, quando se legaliza através de uma liminar, há uma reclamação muito grande com o direito dos jornalistas e nesse momento se quer proibir a participação do pessoal que faz jornalismo?

Gostaria de contribuir para esse debate e perguntar ao amigo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná: o que pensa sobre os radialistas que estão há muitos anos trabalhando, que não têm uma formação, mas que se criaram, nasceram com esse dom; uns nasceram, outros aprenderam a fazer rádio, outros vivem do rádio. Gostaria de saber qual a opinião do Sindicato dos Jornalistas a respeito dessa profissão exercida pelos radialistas, e me inclua nesta lista. E ao mesmo tempo lhe digo, eu, como radialista que sou, não pedi a minha inclusão nesta lista de radialistas, porque me sinto um radialista profissional, de acordo com a lei.

Qual é a opinião do sindicato a este respeito?

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

A lei a que o senhor se refere é o Decreto nº 83284/79, é o decreto-lei que regulamentou o Decreto 972, de 1969. Esse decreto estabelecia quais eram as condições para exercer a profissão. Em 1985, o presidente da República edita um novo decreto o Decreto nº 91902, de

11 de novembro. Por esse, os jornalistas que exerciam a profissão antes de 1979 poderiam converter o seu registro provisório em registro definitivo.

Portanto não cabe imaginar que a lei foi num momento um cerceamento ao direito de profissionais que já estavam no mercado, de exercer a profissão, posto que essas pessoas estão no mercado, podem exercer a profissão e todas as prerrogativas legais que tem um jornalista profissional, diplomado, sem nenhuma distinção. Entendemos que existe, na questão dos radialistas, entendo que são atividades distintas, leis distintas. O deputado Jocelito Canto exerce com legitimidade a profissão de radialista, que é algo que não se confunde com o exercício do jornalismo, assim como o exercício do jornalismo não se confunde com o exercício da opinião nos jornais. Não sei se respondi, deputado.

O SR. JOCELITO CANTO

Só gostaria de colocar mais uma pergunta que me passou aqui. Tenho sido procurado lá na rádio diariamente, por estudantes da Universidade Estadual que estão no 1º, 2º, 3º 4º anos, que gostariam de ter direito a um estágio, que certamente iria contribuir para a formação deles.

Quero dizer ao amigo que vários meninos acabaram fazendo estágio mesmo sem poder, gostaria de saber, qual é a opinião do Sindicato? Já que o Sindicato reivindica que a lei seja regulamentada e só possibilita aos profissionais do jornalismo fazer jornalismo. Qual é a opinião do Sindicato sobre os jovens acadêmicos, os estagiários, que têm o sonho de estagiar? E o que mais me preocupa, senhores deputados, senhor presidente e presidente do Sindicato, a única profissão no Brasil que não pode fazer estágio é o jornalista! Todos podem! Os médicos podem, o dentista pode, todo mundo pode estagiar! O jornalista, o acadêmico de jornalismo, não pode fazer o estágio! Qual é a opinião do Sindicato?

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

Deputado, eu estou rindo porque respondo essa pergunta várias vezes ao longo da vida. Em toda Universidade que eu vou, eu tenho que falar sobre o estágio. A proibição do estágio está na mesma lei, está no Decreto nº 83284, no artigo 19, que proíbe o estágio em jornalismo, a título de bolsa ou qualquer forma de remuneração.

Evidentemente, se defendemos uma parte da lei, não a defendemos em todos os seus pontos. Essa é uma deliberação formada e foi aprovada no Congresso de Vitória de 94-95, posição dos jornalistas tirada em congresso nacional a favor da regulamentação do estágio que não é a pura supressão da proibição mas é estabelecimento de limites, até porque hoje, dada a abertura que a lei do estágio permite, o estágio tem se utilizado de uma maneira bastante perversa com a estipulação de cargas horárias gigantescas com remunerações muito pequenas e como a lei diz que o estágio só não pode atrapalhar o

curso, as empresas estipulam um horário e o estagiário tem que se virar para se adequar àquele horário.

O que a gente defende...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa lhe concede mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO M. JÚNIOR

O que o sindicato defende é que o estágio seja regulamentado e se estabeleçam parâmetros. Hoje, na proposta de criação do Conselho Nacional dos Jornalistas que está na Mesa do Ministério do Trabalho, já incluiu no texto a permissão de realização do estágio com os limites devidamente colocados em relação ao percentual de estagiários que podem estar em cada redação para que não haja abuso na utilização de estagiários, a carga horária que podem exercer, porque a lei não estabelece carga horária. A CLT protege o trabalhador, mas a lei do estágio não protege o estagiário. Pode ser determinado que ele faça um estágio por dez horas e não há nenhuma proibição legal a isso.

Nós estamos discutindo com as empresas e com o Sindicato a inclusão do estágio na nossa convenção coletiva. Só não o fizemos neste ano porque as empresas queriam que a gente retirasse das condições para receber estagiários, a obrigação de não ter profissionais irregulares e aí a gente também passou do nosso limite. A gente não poderia aceitar que se retirasse algo que é tão óbvio, que é manter o mercado regularizado como condição básica para receber estudantes estagiários.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos ao senhor presidente do Sindicato dos Jornalistas, a oportunidade.

Passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós apensamos na tarde de hoje um requerimento que é uma moção de apoio e solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas, assinado pela maioria dos deputados presentes.

V. Exa., no horário correto, colocará em votação que gostaríamos que o Sindicato tivesse o apoio do conjunto do Plenário da Assembleia Legislativa para essa luta que desenvolve pela democracia e qualificação da sua profissão.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Na hora oportuna será colocado em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Na tarde de ontem eu falava que na data de 21/11/2001 eu encaminhei ao Ministério Público, denúncia da má aplicação de recursos do Fundef, e como na época foi encaminhado para o procurador Marco Antonio Teixeira, eminente procurador-geral do Ministério

Público do Paraná e como até hoje não recebemos nenhuma notícia de que forma foi tratada essa denúncia, que foi fundamentada com um parecer de técnicos do Tribunal de Contas e documentos oficiais.

Comunico à Casa que estou encaminhando ao presidente da Comissão de Educação, ao deputado Tadeu Veneri, para que trate dos assuntos da aplicação dos recursos do Fundef, no sentido de um levantamento apurado da Administração passada, e que também informe à Casa se hoje o Estado possui conta específica para administração dos recursos do Fundef, tendo em vista que no passado ela não existia.

Passo ao deputado Tadeu Veneri, cópias de documentos, para que ele possa prestar à Assembleia Legislativa informações em nome da Comissão de Educação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Encerrado o Horário do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor presidente, tenho conhecimento de que uma comissão de deputados, em nome da Assembleia Legislativa, estará representando-a em uma viagem oficial para fora do país. Gostaria que V. Exa. me esclarecesse quais os critérios de nomeação e de escolha dos deputados, em função de que é a segunda viagem oficial que se realiza da Comissão do Mercosul. Alguns deputados, inclusive que não fazem parte desta Comissão estão viajando, e não estamos tendo conhecimento dos critérios de escolha desses representantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Será esclarecido oportunamente.

Requerimento nº 525, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 07, da Ordem do Dia da

Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 382/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 026/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 412/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinando com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 382/2001, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre atenção integral à pessoas portadoras de diabetes, assim como aos problemas de saúde a ela relacionados, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o artigo 3º.

O veto ao supramencionado artigo 3º decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde, considerando-o não só desnecessário como também contrário ao interesse público, tendo em vista que os medicamentos a que faz referência, são fornecidos pelo Ministério da Saúde.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 382/2001, encontra-se publicado no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 014/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 382/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que define diretrizes para

uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 217/2001, e autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre a execução de programas e atividades esportivas e culturais, nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, nos períodos de férias escolares. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 034/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 411/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 217/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que sobre a execução de programas e atividades esportivas e culturais, nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, durante os períodos de férias escolares.

A negativa da sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua inconstitucionalidade, eis que, implicando em despesas públicas não previstas no Orçamento Geral do Estado, fere o artigo 135, inciso I, da Constituição Estadual, além de desobedecer a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 217/2001, encontra-se publicado no DA nº 187/2001, de 05/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 022/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, dispõe sobre a execução de programas e

atividades esportivas e culturais, nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, nos períodos de férias escolares.

A proposta foi vetado pelo Executivo, sob a alegação de que tal iniciativa é inconstitucional.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o veto ao projeto, verificou-se que o executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto nosso parecer é favorável a análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 072/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a inclusão como conteúdo dos cursos de formação de condutores de veículos automotores, de esclarecimentos sobre a importância da opção à doação de órgãos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 041/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 466/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 072/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Departamento Estadual de Trânsito incluirá nos treinamentos dos Centros de Formação de Condutores - CFC's, tema pertinente a proteção do meio ambiente e cidadania e esclarecimentos quanto a importância da opção por doação de órgãos.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua inconstitucionalidade porque, versando sobre norma legal relativa ao trânsito, fere o artigo 22, inciso XI, da Magna Carta Federal, que atribui à União competência privativa para legislar sobre a matéria. Esse entendimento consubstancia ponto de vista expendido pela Procuradoria Geral do Estado (Parecer nº 117/2001) e pela Coordenadoria Jurídica do Departamento de Trânsito (Parecer nº 055/2001).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 072/2001, encontra-se publicado no DA nº 022/2001, de 21/03/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 029/2002

P A R E C E R :

Analisando o veto governamental aposto ao Projeto de Lei nº 72/2001, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, esta Comissão de Constituição e Justiça entende estar o mesmo em condições de ser apreciado pelo douto Plenário, visto que encaminhado dentro do prazo legal e regimental.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em shoppings centers, estádios de futebol, ginásios de esporte e supermercados e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 043/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 463/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 028/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque tal medida iria onerar o empresariado não só com aquisição do aparelhamento, mas também com pessoal especializado para utilizá-lo e, ainda, levando-se em conta a eficiência da atual estrutura pública para atendimento de casos urgentes de problemas cardiovasculares.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 028/2001, encontra-se publicado no DA nº 008/2001, de 06/03/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 031/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-Veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em

shoppings centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 194/2002

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 074/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 680/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo “deverá divulgar, no Diário Oficial do Estado e disponibilizar para consultas na internet, até o último dia do mês seguinte ao encerramento do trimestre civil imediatamente anterior, relatório detalhado da arrecadação de multas de trânsito aplicadas em rodovias estaduais, bem como aqueles sob a administração do Estado do Paraná”, com os dados que especifica.

A negativa da sanção decorre do fato de que os elementos pertinentes a todos os títulos que compõem a receita pública já estão disponibilizados na internet, com a amplitude e detalhamento que a melhor técnica permite.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 680/2001, encontra-se publicado no DA nº 187/2001, de 05.12.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 69/2002

P A R E C E R :

O Veto 69/2002, apostado ao Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dis-

põe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração, que é de quinze dias úteis (o projeto foi protocolado no Palácio em 26 de abril e o veto foi apresentado nesta Assembléia em 15 de maio).

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Veto 69/2002.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 658/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que institui o “programa cota de participação voluntária para manutenção de entidades de assistência a portadores de necessidades especiais”, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 116/2002

Curitiba, 09 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 232/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 658/2001, por considerá-lo inconstitucional, eis que fere os artigos 66, inciso IV (competência para iniciativa do processo legislativo) e 133 e seguintes (normas para a lei orçamentária) da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 658/2001, encontra-se publicado no DA nº 180/2001, de 28.11.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 116/2002

P A R E C E R :

O Veto 69/2002, apostado ao Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos Serviços Público de saneamento e de energia elétrica, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 127/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 457/2002.

Curitiba, 10 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 294/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 530/2001, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o projeto de lei em referência sobre instalação de fábricas de fogos de artifício, bem como sobre a fiscalização e comercialização de seus produtos, tendo o veto parcial aposto incidido sobre a letra “c”, do inciso I, do artigo 7º. O mencionado dispositivo deixou de ser acolhido em face da maneira conflitante em que versa sobre “balões”, não só ferindo legislação ambiental como, também, por encontrar obstáculos no próprio texto, eis que, em seu artigo 40, proíbe de forma genérica e absoluta, a “fabricação e comercialização de qualquer espécie de balão”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 530/2001 encontra-se publicado no DA nº 093/2001, de 27/06/2001 - anexado ao Projeto de Lei nº 288/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 127/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto parcial, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, que regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Em discussão as proposições lidas.

Encerrada a discussão. Em votação.

Para encaminhar a votação, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, antigamente o deputado Anibal Khury dizia “Inês é morta”. O Horário da Liderança do Governo já passou.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O horário, como dizia “Inês é morta”, da Oposição também.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria de fazer apenas um comunicado à Mesa.

Hoje pela manhã, deputado Plauto Miró, deputado Mário Bradock, a Prefeitura de Ponta Grossa e mais o deputado Jocelito Canto, estiveram reunidos com o secretário de Justiça.

Sabemos a realidade do Sistema Penitenciário do Paraná. Somente nas cadeias de polícia, em Cascavel, Foz do Iguaçu, região de Toledo, Campos Gerais, Londrina, são quatro mil presos em excesso! O Estado do Paraná tem que construir algumas penitenciárias de regime fechado, de regime semi-aberto, para que o sistema possa ter um pouco mais de tranquilidade. Lá, foi discutido a situação específica de Ponta Grossa, que já existe uma penitenciária, construída no semestre passado. Ela, no entanto, não está em operação, porque a linha que o governo tem não é linha de terceirização na administração penitenciária, mas sim, da prestação de concurso público.

O governo vai realizar o concurso público para o sistema penitenciário do nosso Estado. Serão contratados para o concurso público, perto de dois mil agentes penitenciários. No entanto, nós sabemos que isso demora um tempo. Pode ser daqui a uns três meses, daqui a quatro meses, até o final do ano, quando esses concursados estiverem treinados, aptos para exercerem a sua profissão, que é uma profissão de risco. Mas fizemos um apelo ao secretário da Justiça, que ficou sensibilizado; entendeu a possibilidade, a dificuldade dos Campos Gerais, viu que há uma situação concreta estabelecida para nós, que de fato há uma penitenciária construída. O maior problema foi resolvido, que é a construção material daquela penitenciária, e para nós, do Estado, restava a alternativa de buscar soluções pelo menos as mais criativas, para solu-

cionar o problema de Ponta Grossa, que tem perto de trezentos presos hoje em excesso na cadeia pública. Desses, 120 já em cumprimento de pena.

O secretário acaba de me ligar, comunicando que, reunido com o governador do Estado agora e com os membros do sistema penitenciário, que em um mês a penitenciária de Ponta Grossa estará funcionando, não como nós gostaríamos, porque precisa ter concurso público, mas a Polícia Militar estará tomando conta dos presos que estarão, a partir dos próximos 30 dias, ocupando aquela nova penitenciária.

Queria relatar esta informação aos deputados de Ponta Grossa, à comunidade. Lá estava o Conselho de Segurança, a comunidade pastoral carcerária. É um problema grave nessa cidade, como em outras cidades, mas lá nós tínhamos como encaminhar uma solução.

O governador hoje, já despachou com o secretário, encaminhando essa solução emergencial, que em um mês a nova penitenciária de Ponta Grossa estará funcionando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa agradece.

Para que “Inês não seja morta pela segunda vez”, lembro a V. Exa, que o senhor tem seis minutos para encaminhar a votação.

Encerrado o encaminhamento das votações.

Em votação os itens de 01 a 07, em bloco.

Como se trata de votação secreta, por se tratar de veto, peço ao 1º secretário, deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

Os deputados que forem favoráveis ao veto, votarão com a expressão SIM. Os deputados que forem contra o veto, votarão com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

43 deputados compareceram para votar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

43 deputados fizeram uso do voto.

Convido para o escrutínio dos votos a deputada Luciana Rafagnin, líder do PT; deputados Chico Noroeste e Duílio Genari.

10, NÃO.

33, SIM.

Estão mantidos os vetos dos itens 01 ao 07.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria neste momento de fazer um comunicado aqui. Nós recebemos neste instante a notícia vinda por parte do governador Roberto Requião e a qual queremos associar a esta Casa, que a penitenciária de Ponta Grossa dentro de trinta dias estará funcionando.

Hoje, pela manhã, tivemos uma reunião, e eu volto a repetir aqui senhor presidente, a presença importante do nosso líder, e dos deputados aqui presentes, que hoje fez realmente valer o que é um líder.

Esteve conosco, com o deputado Bradock, além do deputado Plauto. Estivemos na Secretaria da Justiça onde, liderados pelo deputado Ângelo Vanhoni e juntamente com uma comitiva de Ponta Grossa, composta por várias autoridades municipais, nós conseguimos mostrar ao secretário a necessidade de pôr para funcionar a Penitenciária de Ponta Grossa.

O deputado Vanhoni foi muito feliz porque primeiro jogou ao lado do povo. Jogou ao lado da sociedade de Ponta Grossa, dos Campos Gerais e jogou ao lado de quem realmente precisava, ao lado dos deputados, seus companheiros.

Desta forma, neste momento, o deputado Vanhoni me comunica que o governador topou a idéia de transferirmos todos os presidiários para o cadeia, para a nova penitenciária, com os funcionários que tem, colocando mais alguns, provisoriamente, até que o Estado faça concurso. Para nós é motivo de muita alegria, é motivo de satisfação e não poderíamos deixar de registrar, neste momento nosso agradecimento ao governador que mostra que, como ele próprio disse na tribuna desta Casa: quando houver erros, quando houver coisas que podem ser mudadas, devem ser mudadas.

E com o nosso pronunciamento a cada dia aqui, com a colaboração do deputado Ângelo Vanhoni e os demais companheiros, Bradock, Plauto, nós conseguimos sensibilizar o governo, e a cidade de Ponta Grossa e os Campos Gerais agradecem.

Por isso, senhor presidente, nossos agradecimentos ao governador Roberto Requião e mais uma vez enaltecer aqui a figura importante do nosso líder, deputado Ângelo Vanhoni.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos a comunicação.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que altera o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2003

Art. 1º - Altera a redação do artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, conforme segue:

“Art. 128 - Indicação é a proposição através da qual o deputado:

I - sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva;

II - sugere a manifestação de uma ou mais Comissões acerca de determinado assunto, visando a elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Assembléia Legislativa.

§ 1º - as indicações recebidas pela Mesa, serão lidas em súmula, mandadas à publicação no Diário da Assembléia e encaminhadas às Comissões competentes;

§ 2º - o parecer referente à indicação será proferido no prazo de dez dias, do seu recebimento;

§ 3º - a indicação e respectivo parecer serão submetidos à discussão única;

§ 4º - se, à indicação for apresentada emenda, retornará à Comissão para parecer, que também sofrerá discussão única;

§ 5º - se a Comissão que tiver de opinar sobre a indicação concluir pelo oferecimento de projeto, na hipótese do inciso II, seguirá este os trâmites regimentais das proposições congêneres e, se nenhuma Comissão opinar em tal sentido, o presidente da Assembléia Legislativa, ao chegar o processo à Mesa, determinará o arquivamento da indicação, cientificando-se o autor para que este, se quiser, ofereça projeto próprio à consideração da Casa.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Carlos Simões, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Accorsi e Valdir Rossoni.

Encaminhe-se o projeto à Comissão Executiva.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de janeiro de 2003, conforme a Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, (ex-Proposição nº 16/2003). **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de fevereiro de 2003, conforme a Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, (ex-Proposição nº 16/2003). **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de fevereiro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.003.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 017/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 017/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de fevereiro de 2003, regulamentados pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1.992, em seu artigo 14.

Examinando o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição em tela, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, dada à exatidão das contas prestadas. Decido, então, pelo parecer favorável - Aprovado.

Pelo acima exposto, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Convidamos todos os deputados para a Missa de 30º dia de falecimento do Sr. Cícero de Moura, pai do deputado Nereu Moura, na Capela de Santo Antonio, aqui nesta Casa de Leis, amanhã, dia 02 de abril, às 10 horas da manhã.

Sobre a mesa, Requerimento nº 516, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 517 e 520, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 518 e 519, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 529, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 522, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 523, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 526 e 527, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 528, de autoria dos deputados Duílio Genari, Fernando Ribas Carli e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 530 e 531, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 532, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 533, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 534, de autoria dos deputados Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 536, de autoria dos deputados Reni Pereira e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 079/2001, 111, 112, 113, 114 e 138/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2003.

Levanta-se a Sessão.